

10/10/2022 10:39 - Bolsonaro defende o fim das cotas e denuncia racismo nas universidades



O deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP) defendeu a decisão do Tribunal de Justiça do Rio, de suspender as cotas sociais e raciais em universidades do estado, sob o argumento de que a medida provoca um “acirramento” de relações sociais e pode provocar discriminação no mercado de trabalho.

Provocado pelo deputado, o Tribunal de Justiça do Rio suspendeu ontem (26) a Lei Estadual 5.346 que prevê cotas para negros, índios, egressos de escolas públicas, filhos de policiais e bombeiros nas universidades estaduais.

Segundo Bolsonaro, a lei é discriminatória e pode implicar no aumento do racismo. Sem citar nenhuma pesquisa sobre o impacto da medida no ambiente acadêmico, o deputado

informou ter ouvido dos universitários relatos de situações constrangedoras.

“Os efeitos das cotas estão sendo inversos aos propagados. Na Uerj [Universidade do Estado do Rio de Janeiro], temos relatos de que quando um aluno de pele escura erra uma questão na sala de aula, é taxado de cotista, portanto, de ter menos capacidade”, afirmou antes de acrescentar que a discriminação pode se estender para o mercado de trabalho.

“Quando essas pessoas buscarem trabalho vão encontrar mais uma vez resistência porque serão tidas como pessoas menos capazes. E isso atinge até aquelas pessoas de pele escura que não entraram na universidade pelas cotas”, completou.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro “a primeira do país a adotar cotas ” defende o sistema e tenta embargar a decisão judicial para que a execução da liminar seja prorrogada para o próximo ano, já que alunos prestam vestibular no próximo mês.

O reitor da instituição, Ricardo Veivalves Castro rebate as denúncias de discriminação e informa que uma pesquisa sobre o desempenho dos alunos cotistas – que trará dados também sobre a evasão e o ingresso deles no mercado de trabalho – será apresentada no final do ano.

Segundo o reitor, os cotistas têm direito a 45% das cerca de 5 mil vagas abertas por ano na universidade, embora nem todas sejam preenchidas. Esses alunos podem requerer uma bolsa de R\$ 200 por mês e participar gratuitamente de reforço em português, matemática e língua estrangeira.

“O que interessa para nós é que eles saiam bem formados. Nossa preocupação não é a entrada, é a saída. Não fazemos concessão na qualidade, esses benefícios são para que eles tenham melhores condições de estudo, mas não há provas diferentes”, reforçou.

Fonte: PL